



afeto

GRUPO DE PESQUISA
EM ETNOCENOLOGIA (UNB)



ETNOCENOLOGIA

saberes de vida, fazeres de cenas

Cícero Félix e Graça Veloso

(organização)



UnB

ETNOCENOLOGIA
saberes de vida, fazeres de cenas

Universidade de Brasília - UnB
Instituto de Artes - IdA
Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas - PPGCEN
Afeto - Grupo de Pesquisa em Etnocenologia.



ETNOCENOLOGIA

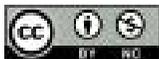
saberes de vida, fazeres de cenas

Cícero Félix e Graça Veloso

(organização)



Brasília, 2023



A responsabilidade pelos direitos autorais de textos e imagens dessa obra é dos autores.

Informações

Universidade de Brasília - UnB
Instituto de Artes - IdA
Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas - PPGCEN
Afeto - Grupo de Pesquisa em Etnocologia.
Campus Universitário Darcy Ribeiro
Brasília (DF), Brasil.

Capa e diagramação

Cícero Félix

Revisão

Os autores

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade de Brasília - BCE/UNB)

E84 Etnocologia [recurso eletrônico] : saberes de vida, fazeres de cenas / Cícero Félix e Graça Veloso (organização). - Brasília : Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas, 2024.
175 p. : il.

Inclui bibliografia.
Modo de acesso: World Wide Web:
<<https://livros.unb.br/index.php/portal/catalog/category/ida>>.
ISBN 978-65-88507-08-7.

1. Artes cênicas - Aspectos antropológicos. I. Félix, Cícero (org.). II. Veloso, Graça (org.).

CDU 792:39

Heloiza Faustino dos Santos - CRB 1/1913

Sumário

APRESENTAÇÃO Etnocologia: saberes de vida, fazeres de cena, **11**

Saberes

Porque Cultura e por que não Popular? Léxicos, políticas e espaços, **Adailson Costa dos Santos, 20**

Etnocologia: em demanda de uma epistemologia de permanência e manutenção do radical Etno, **Graça Veloso, 38**

Corporalidad, corporeidad, corposfera, **Paul San Martín, 50**

Fazeres

O lugar da reza no Altar do Menino Deus e na Folia de Nossa Senhora do Livramento, **Cícero Félix de Sousa, 62**

Processo de criação na Etnocologia: experiência, teatro e branquitude, **Diego Pereira Borges, 84**

Uma vivência estética e afetiva com menores em cumprimento de medidas de liberdade assistida - UAMA do Paranoá (DF), **João Timótheo Maciel Porto, 102**

Educação e Etnocologia: horizontes tangentes que podem ser visibilizados. Possíveis? **Joselito Eduardo Matos Sampaio, 116**

Espectáculo Ninho: a mulher-pássaro e sua trajetividade etnocológica para criação em dança, **Liubliana Silva Moreira Siqueira e Graça Veloso, 140**

Tombo do maguio: trajetos de corpo e criação cênica a partir do cavalo marinho pernambucano, **Tainá Dias de Moraes Barreto, 156**



saberes

Etnocenologia: em demanda de uma epistemologia de permanência e manutenção do radical Etno

Graça Veloso¹

Resumo

Trata este artigo de uma reflexão sobre a Etnocenologia e algumas revisões sobre problematizações em torno do radical etno e suas consequências para a consolidação desta disciplina no campo universitário, principalmente o brasileiro. Este radical é abordado, via de regra, pela percepção sobre as racializações sobre o Outro que provoca. Porém, partindo do que aqui é proposto, sua permanência deve se dar, principalmente, por duas razões. A primeira diz respeito à compreensão de que este é um campo dos saberes não localizado no espectro dos conceitos científicos, mas no conjunto das possíveis noções paradoxais das etnociências. E a segunda porque, historicamente, a racialização é uma prática da branquitude para subalternizar o não branco, e mais explicitamente o negro. Essa composição, incluindo o Etno, abre a possibilidade de as pesquisas sobre a cena assumirem a realidade de que todas as relações humanas são, sim, racializadas.

Palavras-chaves: Etnocenologia; Etno; racializações; paradoxos; etnociências.

¹ Graça Veloso (Jorge das Graças Veloso) é ator, diretor teatral, dramaturgo. Fez estágio pós-doutoral em Arte e Cultura Visual pela Universidade Federal de Goiás – UFG, é doutor em Artes Cênicas pela Universidade Federal da Bahia – UFBA (2005) e mestre em Artes Cênicas pela Universidade Federal da Bahia (2001). É professor associado II na Universidade de Brasília – UnB, atuando na graduação e nos programas de Pós-Graduação em Artes Cênicas e Mestrado Profissional em Artes – PROFARTES. É líder do Afeto, Grupo de Pesquisa em Etnocenologia – UnB/CNPq.

ESTE ARTIGO É PRODUZIDO a partir de um lugar de fala gerado em diálogos, com estudantes de graduação e de pós-graduação em Artes Cênicas, espaços onde atuo como docente desde 1987; com pares do Afeto (Grupo de Pesquisa em Etnocenologia da UnB/CNPq, do qual compartilho a liderança), e do GT de Etnocenologia da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Artes Cênicas (Abrace). Não seria também possível deixar de explicitar a consciência de que ocupo, na sociedade brasileira, um lugar de privilégios. Privilégio por ser branco, homem cisgênero, heterossexual, classe média, adulto. Em razão desses privilégios, pelos quais sou trajetivamente implicado, não corro os riscos que ainda são inerentes a quem não os detém, num contexto em que são naturalizadas todas as subalternizações a que são submetidos grupos e indivíduos unicamente por serem quem são, cada um/uma em sua singularidade. São abordagens que se fazem impositivas, principalmente pelas temáticas aqui tratadas, relacionadas aos estudos das artes do corpo e do espetáculo, a partir das percepções provenientes da Etnocenologia.

Desde sua criação, em 1995, na França, a Etnocenologia se confronta com críticas a algumas contradições internas e paradoxais em suas formulações, tanto etimológica quanto epistemologicamente falando. Como uma formulação que se propõe a combater toda e qualquer forma de etnocentrismo e/ou subalternização de grupos e indivíduos, considero que o maior embate enfrentado por nós, etnocenólogos e etnocenólogas, é a questão relacionada à disciplina ser ou não considerada como pertencente ao campo das ciências. Isto principalmente quando pensamos em Ciência como um conjunto de paradigmas a conduzir nossas investigações. Sobre essa questão, publiquei, em 2016, na revista *Repertório*, o artigo *Paradoxos e Paradigmas: a Etnocenologia, os saberes e seus léxicos* (Veloso, 2016), no qual descrevo a compreensão que tenho sobre as noções etnocientíficas como sendo as mais apropriadas para as artes do corpo e do espetáculo. Compreendo que nosso lócus é o dos paradoxos, o que nos liberta de amarras paradigmáticas, geralmente seguidas mesmo no campo das ciências sociais.

Por outro lado, não é possível deixar de reconhecer algumas das contradições epistemológicas pelas quais a Etnocenologia recebe o maior número de críticas: apesar de seu propósito, contrário a toda espécie de etnocentrismo, ao longo dessas quase três décadas de existência, alguns problemas encontráveis nas

formulações colonialistas ainda não estão totalmente resolvidos pela disciplina. Dentre esse conjunto de problematizações, podemos citar, por exemplo, o quanto essa Etnociência permanece reafirmando a mão única de pesquisas sobre o que é considerado como “Outro”.

A “Outridade”, invenção do branco europeu para se relacionar com os não brancos das novas colônias, principalmente os povos negros de Áfricas, ainda continua como principal foco das pesquisas etnocenológicas. Por mais que busquemos encontrar investigações sobre as espetacularidades brancas, no espectro da Etnocenologia, elas continuam raríssimas. Como sempre escuto de pessoas pretas, críticas das práticas etnocenológicas, mesmo fazendo uma busca minuciosa de artigos nos espaços destinados à disciplina, são quase inexistentes trabalhos sobre práticas brancas. Ao contrário, as espetacularidades negras, africanas ou não, são seu maior foco. Ou sobre os povos originários das Américas. Ou ainda sobre outros povos, de qualquer parte da terra, menos aquelas localizadas em Europa ou Estados Unidos da América, para citar os dois centros referenciais para os permanentes e estruturais etnocentrismos contemporâneos. Principalmente se pensarmos nas formulações cênicas universalizantes dos Estudos Teatrais ou dos Estudos da Performance. Qualquer cena localizada fora do espectro da brancura estrutural é particularizada na ideia de “Outro”. A branca, entretanto, é sempre universal, denotando todo o caráter exótico dado ao que não está neste universo. Encontramos um sem-número de estudos sobre os candomblés, ou sobre ritos xamânicos de etnias originárias das Américas, mas são quase inexistentes pesquisas sobre a missa católica ou sobre um culto pentecostal, para citar somente dois exemplos. É como se a brancura e a branquitude fossem um mundo à parte, isento de qualquer reflexão ou crítica.

Para Maria Aparecida Silva Bento (2002), enquanto a pessoa branca é, via de regra, tratada como humana e universal, não racializada, o “Outro” é sempre compreendido a partir da medida de sua especificidade, que o diferencia e desumaniza. Ela afirma “[...] ainda que os impactos do racismo se manifestem de modo diverso na vida de negros e brancos, não é incomum a tendência a fugir ou esquecer a condição de discriminado e de discriminador”.

Ainda tratando da noção de branquitude, Maria Auxiliadora de Almeida Arruda também recorre a Bento, que, segundo ela:

[...] aborda as dimensões da branquitude a partir do tema branqueamento e branquitude no Brasil, explorando questões relacionadas ao padrão ideal de branqueamento inventado pela elite branca, e, por esta, apresentada à sociedade brasileira como um problema do negro (e por extensão, mesmo em menor escala, problema de outros não-brancos). Para isso, a elite fez uma apropriação simbólica de si como referência humana como meio de legitimar sua supremacia econômica, política e social, ao mesmo tempo em que investiu na construção de um imaginário social negativo sobre o negro, com a finalidade de destruir a sua identidade racial, danificar sua autoestima e responsabilizá-lo pela discriminação sofrida e, por fim, justificar as desigualdades raciais (Arruda, 2020, pp. 47-48).

Minha percepção é a de que, mesmo com todos seus propósitos originais, contrários a todas as formas de subalternização, etnocenólogos e etnocenólogas, ao não racializar também as práticas brancas, como o fazem com as não-brancas, acabam por reproduzir, em alguma medida, este mesmo *modus operandi* racista.

Mesmo quando são estudadas as manifestações de folguedos e brincadeiras tradicionais das regiões diversas, no Brasil ou em qualquer outra parte, não se percebe reflexões mais aprofundadas sobre a atuação e os significados da presença branca. As subalternizações históricas acabam por se fazerem presentes, principalmente nas suas formas mais sutis e submersas em narrativas da já explicitada falsa ideia de “democracia racial”, que tantos malefícios nos deixaram de herança.

Essa percepção exótica da alteridade, no caso, sempre aparece por dois caminhos complementares: ou a prática é substancialmente romantizada, quando não são apontadas as suas contradições internas, e elas, por vezes, são muitas e bastante problematizáveis. Sob o manto de uma narrativa de “respeito” ao que é cultural em determinados grupos, muitos de seus problemas internos não são explicitados. Como, por exemplo, os racismos, os patriarcalismos, as LGBTQIA+fobias, os etarismos, e tantas outras contradições presentes em manifestações de folguedos e brincadeiras tradicionais brasileiras.

Outro problema está na ausência do rigor acadêmico na investigação, o que nos leva a, sob a falsa ideia de que não devemos formular teses sobre o que é feito pelos grupos de colaboradores e colaboradoras da pesquisa, nos tornamos meros descritores das manifestações. Minha compreensão é que toda investigação aca-

dêmica é uma transculturação, resultante dos encontros e afetos estabelecidos entre pesquisador/a e pesquisado/a. Sem abrir mão, é claro, do reconhecimento de que o protagonismo da prática, inclusive nas questões lexicais, obrigatoriamente, tem que continuar com o fazedor. Quem investiga, entretanto, por dever de ofício, tem uma tese a defender.

Até para que continue existindo com o mínimo de credibilidade que se exige de um componente curricular, seja ele acadêmico ou não, é hora de se fazer um inventário dessas contradições todas. E, para repensar a Etnocenologia, e seus permanentes paradoxos, necessário se torna um debruçar-se sobre eles e enfrentá-los, não com o propósito de abandonar seus propósitos iniciais, mas como uma verdadeira autocrítica, para seu refazimento sob percepções mais condizentes com o verdadeiro combate a qualquer ideia de subalternização de qualquer grupo.

Torna-se então urgente um levantamento sobre aquilo que não vem sendo tratado com os cuidados devidos aos princípios que orientaram o pensamento de criação da Etnocenologia, em 1995. Mesmo tendo sido inventada em Europa, por um conjunto majoritariamente formado por homens brancos, a contribuição desta Etnociência para a busca de uma outra ética sobre a cena é inquestionável. Existe hoje, e de forma muito consolidada no Brasil, com destaque para Salvador, Brasília e Belém do Pará, uma permanente inquietação quando se pensa em pesquisas sobre a cena, seja ela substantiva, adjetiva ou adverbial, nas formulações propostas por Armindo Bião (2009).

Existe sim, e isto é inegável, uma maior preocupação com o reconhecimento do protagonismo de quem faz aquilo que é investigado, inclusive na utilização das regras e dos léxicos internos a cada manifestação. No campo da disciplina, é muito raro o antigo uso das normas teatrocentristas, tanto quanto aos espetáculos propriamente ditos, quanto aos ritos espetaculares. Nesse universo, não vemos mais, ou raramente aparecem, por exemplo, a utilização de termos como ator ou personagem para definir o brincante e a figura do Cavalo Marinho, brincadeira tradicional dos folguedos do Nordeste brasileiro. Ou Performance como tradução dos *cantorios* das Folias do Divino Espírito Santo, no interior de Goiás, meus recortes preferenciais de pesquisa. Na Etnocenologia, ator e personagem são usados para falar das práticas teatrais, e performance para a Performance Arte ou Estudos da Performance, estritamente. Pela percepção de etnocenólogos/os,

cada manifestação carrega em si mesma uma regra própria, não necessitando emprestar de outra para que seja compreendida. Seus parentescos, como podemos citar, do Teatro com o Bumba meu Boi, não nos permite subalternizar um dos dois sob as normas internas do outro.

E é exatamente aí, na utilização das regras e dos léxicos internos de cada fazer cênico, e no reconhecimento da relação equânime com a alteridade, que aparece uma das questões mais problematizadas sobre essa disciplina, voltada para os estudos das artes do corpo e do espetáculo: a presença, em seu próprio nome, do radical Etno. Em vários dos campos de saberes que levantam questionamentos sobre a Etnocenologia, um dos pontos mais recorrentes é o da utilização deste radical, geralmente associado ao que seria uma maneira de perceber a outridade como exótica.

Minha compreensão é totalmente diversa deste pensamento recorrente no campo das ciências sociais contemporâneas. Mas compreendo também que pode estar exatamente nas proposições iniciais da disciplina grande parte desta fragilização, uma espécie de, numa linguagem cotidiana, um “tiro no próprio pé” que nos demos. Se previa, nos primórdios da Etnocenologia, a possibilidade de, num futuro próximo, ela passar a ser denominada de Cenologia, nas mesmas formulações da Sociologia, da Antropologia etc. (Bião, 2009). Já em seus primeiros escritos sobre a disciplina Bião afirmava:

[...] pretende-se definir um conjunto de parâmetros epistemológicos e metodológicos que contribuam para a instituição de uma nova disciplina científica, que poderia ser denominada de cenologia. [...] Esta proposição encontra-se registrada no manifesto lançado em 1995, quando da fundação de um Centro Internacional de Etnocenologia em Paris (Bião, 2009, p. 89).

Em seu icônico artigo Etnocenologia: a carne do espírito, Jean-Marie Pradier (1996), também se referindo ao Manifesto, diz que:

Ao procurar dar conta das interações específicas e universais da espécie e das particularidades subjacentes à capacidade de invenção que a caracteriza, a Etnocenologia participa da construção progressiva de uma “cenologia geral”. A abordagem etnocenológica das formas ocidentais é legítima na medida em que propõe que é

impossível fingir abstraí-las do contexto cultural em que a sua história está inscrita. E é necessária devido à tendência de, ao analisá-las e interpretá-las, mesmo naquilo que as difere, tomá-las como critério ou como centro de um sistema para o qual tudo deve convergir (Pradier, 1996, p. 3).² [tradução minha]

Ora, por essa proposição, mesmo chamando à atenção para o fato de que cada forma precisa ser compreendida por suas normas internas e próprias, entendo que, além de a afirmação ser sutilmente contraditória, já então se abria uma possibilidade de universalização dos estudos da cena. Era como se carregássemos uma espécie de “culpa” histórica pela escolha de incluir o radical Etno no próprio nome. Compreendo ainda que qualquer proposição que afirmasse o desejo de uma disciplina epistemologicamente definida como científica, seria novamente uma submissão aos etnocentrismos metodológicos nas pesquisas e investigações sobre as artes do corpo e do espetáculo. Isso só reafirmaria os mesmos moldes do que já acontecia na relação com os Estudos Teatrais e suas regras universalizantes. O que seria ainda a tomada de um sentido de contramão à maioria dos saberes que tem se voltado para o fato de que existe, sim, a necessidade do reconhecimento de uma permanente etnicização das interações, individuais e coletivas, na contemporaneidade. Defendo sim, que para se combater toda e qualquer espécie de etnocentrismo, ordem primeira dos ideários etnocenológicos, impositivo se torna ser assumido por etnocenólogos/os, o fato de que as relações são sempre racializadas.

Etno, que tem sua origem do grego *étnos*, denota a ideia de etnia, de povo, de indivíduos, na Etnocologia configurou-se como pluralidade, diversidade cultural, sem a derivação para esses significados originais. Percebo, porém, a necessidade de atualizar essas noções, conforme proponho, inclusive, para uma nova versão do próprio Manifesto:

Com o sentido de reconhecimento da pluralidade simbólica das práticas cênicas da humanidade, seria a garantia de protagonismo

² En s’attachant a rendre compte de l’interaction des universaux propres a l’espece et des particularismes sous-tendus par la capacite d’invention qui la caracterise, l’ethnoscenologie participe a la construction progressive d’une “scenologie generale”. L’approche ethnoscenologique des formes occidentales est legitime dans la mesure ou elles ne peuvent pretendre s’abstraire du contexte culturel dans lequel leur histoire est inscrite. Elle s’avere necessaire en raison de la tendance a analyser et a interpreter ce qui en differe en les prenant pour critere ou pour centre d’un systeme vers lequel tout devrait converger.

da singularidade cultural de cada grupo estudado pela nova Etnociência das Artes do Corpo e do Espetáculo. Com as discussões contemporâneas sobre decolonialidade, antirracismo, movimentos identitários, Etno também é proposto como tradução de uma compreensão sobre o fato de que as relações são, sim, racializadas, etnicizadas. E a Etnocologia, nos vinte e sete anos iniciais de sua existência, também exige uma atualização no sentido que deu a esse radical. A invenção da noção de “Outro”, materializada nos contatos coloniais do Branco europeu com o Negro e com os povos originários em Áfricas e Américas, reverbera nas práticas etnocenológicas, fazendo com que a “Outridade” seja, via de regra, os não brancos. No caso do estudo da cena, a investigação geralmente tem se voltado para ritos espetaculares e para as práticas cotidianas, nos sentidos de espetacularidades adjetivas e adverbiais (Bião, 2009) de grupos étnicos de fora da Branquitude, relegando este último a um lugar de não se considerar foco de pesquisas. A manutenção do radical Etno se destina a que todos os corpos e todas as cenas, incluindo a branca, fundamentada em paradigmas etnocentrados europeus, estadunidenses, ou de qualquer outra localização, estejam, sim, no lócus de colaboração com a pesquisa etnocientífica. Incluem-se para as investigações cênicas, todos os diálogos voltados para a compreensão das racializações que estruturam a cena contemporânea, incluindo-se aqui os estudos sobre branquidade, branquitude e branquitude, na mesma dimensão em que se estudam diversas “Outridades”, como, por exemplo, negritudes e povos originários (Veloso, 2023).

Ao propor esta nova abordagem ao radical Etno, necessário se faz, também, redimensionar alguns outros significados, a começar pela ideia de “Outro/Outridade/Alteridade”. Ainda em meu Relatório de Estágio Pós-doutoral ao PPGAC/UFBA, levanto a seguinte possibilidade para a questão:

O princípio que fundamentou a noção de alteridade para a Etnocologia foi sempre o da “Outridade” baseada na “Diferença”. Ocorre que, implícita na diferença, está também a noção de igualdade. Para existir diferentes é imprescindível a existência de iguais. Como esta é uma Etnociência, que trata de aspectos da espetacularidade da espécie humana, em que não existem iguais, não cabe também a presença de diferentes. E é aqui que ganha destaque a noção de “Singularidade”, em que o “Outro” (invenção branca europeia para separar/categorizar/subalternizar o não-branco, especialmente as pessoas negras de Áfricas, em tempos da colonização geográfica), é: cada pessoa, e cada grupo cultural, é singular na sua maneira de perceber e se colocar no mundo. Então, por esta compreensão, Alteridade, na Etnocologia, é referência à Singularidade, de grupos e indivíduos, em seus plurais modos de fazeres e saberes (Veloso, 2023).

Se assim compreendo as relações, deixo de tratar a “Outridade” individual pela noção de que ela, genericamente, faz parte de um grupo reconhecido como diferente. Reconheço em cada indivíduo a sua “singular maneira de perceber e se colocar no mundo”. Deixam de existir as “diferentes” pessoas com deficiência e passamos a conviver com individualidades singulares, que percebem o mundo e nele se colocam a partir de sua própria condição. Assim como deixam de existir as/os “diferentes” criança, mulher, indígena, gay, lésbica, homem ou mulher trans, velho/a etc. para serem percebidas/os nas suas unicidades e singularidades, aquilo que compõe a pluralidade presente na espécie.

Isso também nos conduz a outra percepção da noção de Identidade. Desde o advento das ideias de que estamos submetidos aos conceitos de “pós” (pós-modernidade, pós-verdade, pós-dramático etc.), é muito recorrente se ler e se ouvir que não se trata de identidades, mas de identificações. Aliás, o que não é propriamente uma ideia nova: já em princípios do Séc. XVI, Michel de Montaigne, no Livro II, Capítulo I de seus ensaios, falando da incoerência de nossas ações, afirma que:

Nossa maneira habitual de fazer está em seguir os nossos impulsos instintivos, para a direita ou para a esquerda, para cima ou para baixo, segundo as circunstâncias. Só pensamos no que queremos no próprio instante em que o queremos, e mudamos de vontade como muda o camaleão. O que nos propomos em dado momento, mudamos em seguida e voltamos atrás, e tudo não passa de oscilação e inconstância. [...] Quem se examina de perto raramente se vê duas vezes no mesmo estado. [...] Daí ser tão grande a diferença entre nós e nós mesmos, quanto entre nós e outrem (Montaigne, 1980, pp. 285-288).

Amadou Hampâté Bâ, discorrendo sobre a complexidade das noções de pessoa, recorre a um ditado da etnia Bamana, mais conhecida no Brasil como Bambara (povo que vive em Mali, Guiné, Burquina Faso e Senegal):

As pessoas da pessoa são múltiplas na pessoa³ [...] A noção de pessoa é, portanto, a princípio, muito complexa. Implica uma multiplicidade interior de planos de existência concêntricos e superpostos (físicos, psíquicos e espirituais, em diferentes níveis), bem como uma dinâmica constante. A existência, que se inicia com a concepção, é

3 Maa ka Maaya ka ca a yere kono.

precedida por uma pré-existência cósmica onde o homem residiria no reinado do amor e da harmonia, denominado *Benke-so* (BÂ, 2023).

Ocorre que a simples referência ao fato de que, individualmente, em nossas singularidades plurais, não somos identidades fixas, mas identificações transitórias, circunstanciais, não distensionam a necessidade política, como ações afirmativas, que alguns grupos de resistência ainda têm de defender suas identidades coletivas. Seria impensável, nos tempos atuais, em suas buscas de afirmação, e rompimento com as subalternizações a que são historicamente submetidos, seria impensável, repito, a negação das identidades dos movimentos negros, feministas, feministas negros, LGBTQIA+, das infâncias e adolescências, de pessoas com deficiências, de grupos de periferias (geográficas ou não). Se, mesmo com todas as suas ações de autodefesa, são grupos diariamente violentados, não reconhecidos em seus direitos à equidade, imagine-se sem os ajuntamentos identitários sob os quais se colocam num mínimo de proteção coletiva.

E localiza-se exatamente no simples reconhecimento dos direitos à própria existência que é demandado por esses grupos, a maior razão para a manutenção do radical Etno na Etnocnologia. É uma maneira legítima de etnólogos/as assumirem o fato de que todas as espetacularidades são etnicizadas, como proporcionadoras de experiências estéticas, num sentido ampliado de afetos e percepções multissensoriais. Ao explicitar a racialização presente em todas as cenas, sejam elas de espetáculos estrito senso, de ritos espetaculares ou do cotidiano, incluindo as práticas da branquitude, compreendo que estamos sim, contribuindo para uma ética antirracista. E minha ideia, aqui, é a de considerar a utilização do radical Etno como possibilidade de explicitação desses tensionamentos.

Rerefências

Arruda, Maria Auxiliadora de Almeida. [Privilégio branco e a \(im\)possibilidade de implementação de políticas antirracistas: o caso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso](#) (Tese de Doutorado). Centro de Educação e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. UFSCar: São Carlos, 2020.

Bâ, Amadou Hampâté. [A noção de pessoa entre os fula e os bambara.](#)

Bento, M. S. Branquitude: o lado oculto do discurso sobre o negro. In: Bento, M. S.; Carone, I. (Org.) Psicologia Social do Racismo. Rio de Janeiro: Vozes, 2002. p. 147-162.

Bião, Armindo. Aspectos epistemológicos e metodológicos da Etnocenologia: por uma cenologia geral. In: Bião, Armindo. Etnocenologia e a cena baiana: textos reunidos. Salvador: P&A Gráfica e Editora, 2009.

Veloso, Graça. Etnocenologia: pedagogias, cenas singulares e pluriépistemologias (Relatório de Estágio Pós-Doutoral ao PPGAC/UFBA). Salvador: PPGAC/UFBA, 2023.

_____. Paradoxos e Paradigmas: a Etnocenologia, os saberes e seus léxicos. In: [Revista Repertório, n.º. 26](#), Salvador: PPGAC/UFBA, 2016. p. 88-94.

Pradier, Jean-Marie. Ethnoscénologie, manifeste. Théâtre-Public 123. Paris: maio-junho 1995.

Pradier, Jean-Marie. [Ethnocénologie: la chair de l'esprit.](#)





afetc

GRUPO DE PESQUISA
EM ETNOCENOLOGIA (UNB)

